

A IMPORTÂNCIA DO FLUXO DE CAIXA E COMO SUA ANÁLISE AUXILIA NA GESTÃO FINANCEIRA DE UMA ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR

Richard Costa Fehlberg

Orientador: Fabrício Vasconcelos Ribeiro

RESUMO

Este artigo tem por objetivo mostrar a importância do fluxo de caixa dentro de uma organização do terceiro setor, e como sua utilização pode auxiliar na gestão financeira. Para tal, foi necessário conceituar fluxo de caixa e o que é uma organização do terceiro setor; analisar um fluxo de caixa baseado numa instituição real e perceber sua influência na gestão financeira. O presente trabalho contou com uma abordagem quali-quantitativa; usando a metodologia exploratória, explicativa e bibliográfica; coletando os dados técnicos e mensuráveis através do estudo de caso. Ao fim desta pesquisa, conclui-se que o fluxo de caixa sistematiza os números financeiros da organização, e, na sua análise, é possível realizar uma gestão financeira eficiente através de tomadas de decisões.

Palavras-chave: Fluxo de Caixa. Terceiro Setor. Gestão Financeira.

ABSTRACT

This article aims to show the importance of cash flow within a third sector organization, and how its use can assist in financial management. To this end, it was necessary to conceptualize cash flow and what a third sector organization is; analyze a cash flow based on a real institution and realize its influence on financial management. The present work relied on a quali-quantitative approach; using the exploratory, explanatory and bibliographic methodology; collecting the technical and measurable data through the case study. At the end of this research, it is concluded that the cash flow systematizes the financial numbers of the organization, and in its analysis, it is possible to perform an efficient financial management through decision-making.

Keywords: Cash flow. Third sector. Financial management.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas surgiu aumento significativo das demandas sociais, e juntamente com tais demandas, as Organizações Não Governamentais (ONG) que atendem essas respectivas deficiências sociais. Surgiu a abordagem de estudo de caso, quali-quantitativo, com o objetivo de evidenciar como o Fluxo de caixa pode ser importante na tomada de decisão de captação de dinheiro para as estruturas sem fins lucrativos.

Segundo Gabrilli, Filantropia e Pro Bono (2014), as ONGs reflete novos espaços de ordenação da sociedade civil, são projetos mais espontâneos e menos burocráticos. Para Gabrilli, Filantropia e Pro Bono (2014), são pontes essenciais de estruturação da

cidadania, atuando como protagonistas de controladoria da sociedade civil por meio da sociedade política, no gerenciamento dos desafios públicos, sem ser essencialmente, órgãos públicos.

As ONGs neste sentido descrito acima, têm em si, uma responsabilidade árdua em relação ao contexto em que está inserida. Além de ter que causar impacto transformador, cabe uma transparência que lhe é devida: a de prestar contas dos recursos obtidos para seus respectivos investidores.

Para Santos (2012), toda organização social obrigatoriamente necessita de prestação de contas, seja no seu site oficial ou disponível fisicamente, para que seus investidores possam visualizar como está sendo aproveitado os valores repassados à ONG.

Acima da prestação de contas, está a administração dos recursos em si. Segundo Quintana e Saurin (2008), a maioria dos fatos que ocorrem nas organizações envolvem movimentação de recursos; o que faz uma gestão fundamental para qualquer empresa. E dentro da gestão financeira, está o fluxo de caixa.

Segundo Filho (2012), uma aplicação do fluxo de caixa ocorre quando você evita irregularidades (também chamado de desequilíbrio de caixa) entre entrada e saída de recursos. Ou seja, o fluxo de caixa te faz perceber se está pagando antes mesmo de receber, o que causaria desordem financeira em qualquer empresa.

Silva e Neto (1997) resume em outros sentidos, que o fluxo de caixa representa um mecanismo que trabalha com os lançamentos e saídas de recursos financeiros de uma organização em determinado período.

Neste sentido, através do Fluxo de Caixa, compara-se entradas com saídas; e a entrada sempre que possível, deve estar em constante evolução. E as saídas por sua vez, em constante declínio.

Portanto, este trabalho visa responder o problema: Qual a importância do Fluxo de Caixa em uma organização do Terceiro Setor e como sua análise auxilia na gestão financeira?

Para sanar tal pergunta, foi visado uma definição do terceiro setor e de fluxo de caixa, sua respectiva importância nas organizações e como a análise do fluxo de caixa pode auxiliar na gestão financeira. Foi feito o estudo de caso referenciando numa organização do terceiro setor e a análise do fluxo de caixa conforme dados da organização de até três meses atrás.

O artigo seguiu a abordagem quali-quantitativa; de forma explicativa e quantitativa, uma vez foi necessário analisar, compreender e explicar os números do fluxo de caixa. Os números foram alcançados e coletados conforme o método de coleta de dados, pessoalmente com o proprietário da organização. E a interpretação dos dados e fora feita através da pesquisa bibliográfica, a fim de embasamento teórico.

O resultado alcançado ao fim deste artigo, define que o fluxo de caixa quando utilizado de forma estratégica, contribui para tomadas decisões no âmbito da gestão financeira. Quando a gestão financeira busca uma redução de custos e alavancar resultados de vendas – objetivo clássico de qualquer setor financeiro -, é de suma importância que o gestor financeiro comece primeiramente da análise do fluxo de caixa para atingir suas metas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1.1 Organizações sem fins lucrativos

Santos (2012) confirma que o termo foi utilizado primeiramente nos EUA em 1970, chegou na Europa em 1980. Porém, no Brasil foi de 1980 para 1990 que se fez conhecer o termo Terceiro Setor, visto que na época já havia inúmeras ações desta natureza em vigência, muito por conta das deficiências sociais.

Para Silva (2020), o terceiro setor cresce substancialmente no contexto brasileiro, muito por conta da ineficácia do Estado em cumprir eficazmente seu papel. Quando o Estado não alcança os interesses do povo, surgem então iniciativas privadas em prol de soluções para a sociedade.

Mas o que é de fato o Terceiro Setor? Para Naves (2003, p. 574) “o Terceiro Setor é um agregado de atividades de cunho público, não governamentais e não lucrativas, realizadas em prol de todo o contexto, sem os dos demais setores, mesmo que possa ou deva receber deles mesmos suporte”.

O seu público sempre estará voltado a pessoas da sociedade envolvidas com algum complexo em que as entidades estão objetivadas em resolver. "O estudo do terceiro setor está intrinsecamente ligado aos desejos do povo. Interesses esses que, devido a sua origem, são abraçados pelos direitos e espelham no contexto jurídico, como proteção constitucional dos direitos coletivos" (Tavares Neto; Fernandes, 2010, p. 372).

As definições de Santos (2012) apud Salamon e Anheier (1997) são bem mais aceitas, em que caracteriza as ONGs como: Estruturas, pois são organizações onde acontecem ações; Privadas, sendo essas organizações produto de iniciativas individuais; Não distribuidora de lucros, sendo os objetivos das ONGs primordialmente o impacto social e transformação pessoal; Autônomas, no sentido de serem autossustentáveis e independentes do setor público ou privado e por último, Voluntárias, pois o motivo de suas ações pairam sobre a vontade de realizar o bem à sociedade.

Já o termo ONG (Organização Não Governamental), Gabrilli, Filantropia e Pro Bono (2014) explicam que se trata de um grupo de pessoas e estruturas que lutam por causas e objetivos de toda uma sociedade, e que estejam fundamentadas juridicamente sob o formato de Sociedade Civil, sem objetivos lucrativos.

Segundo Drucker (1994, p. 14), “as organizações sem fins lucrativos têm por ânsia, brotar transformações sociais, [...] são fatores de transformação humana. Sua mercadoria é um paciente sanado, uma criança na escola, um jovem que conquista sua dignidade; ou seja, toda uma vida mudada”.

Se fizermos uma correlação entre os setores existentes, podemos dizer, por exemplo, que a fonte de sustentação dos setores públicos, se baseia, em impostos e tributações. Já o setor privado, provém de suas vendas de serviços ou mercadoria. O terceiro setor por sua vez, é amparado a partir das doações do primeiro ou do segundo setor. Porém, não é descartado a possibilidade de vendas de produtos ou serviços no setor; mas seu principal produto está nas soluções das demandas direcionadas (Vesco, 2020).

Nos sobra então, segundo Santos (2012), no Terceiro Setor, espaços consideráveis de ação social, que cresce e se fortalece cada vez mais, esse é um campo pelo qual os próprios cidadãos podem concretizar ações e ideias dedicadas ao interesse da sociedade, atuando pelo bem de cada um, e não só em um grupo restrito de pessoas.

2.1.2 Parâmetros Jurídicos

Segundo o Código Civil de 10/01/2002, art. 44 da Lei nº 10.406, os parâmetros jurídicos, as empresas sem fins lucrativos são classificadas como pessoas jurídicas, contudo, entre duas formas: Associação ou Fundação. A Fundação se baseia principalmente no patrimônio. Ou seja, é a partir do patrimônio próprio (seja este doado ou comprado) que a organização gera vida.

As associações, ganha alma juridicamente através de um grupo de pessoas interessadas nas ações para com a comunidade. Sua principal estrutura se encontra no Estatuto Social da empresa, que é obrigatoriamente composto no mínimo pelo presidente, vice-presidente, tesoureiro, conselho fiscal e um advogado responsável pela assinatura junto ao presidente (Voese; Reptczuk, 2011).

Voese e Reptczuck (2011) dispara que, após a criação das entidades juridicamente, é possível que as organizações venham conquistar títulos e registros públicos com o tempo; e que além de honorarias, facilitem até mesmo parcerias públicas para arrecadações. Tais são os certificados: UPF (título de Utilidade Pública Federal), CNAS (registro no Conselho Nacional de Assistência Social), Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), qualificação como Organização Social (OS); e Qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

De acordo com a Lei nº 91/35, concretizada pelo Decreto nº 50.517/61 e nº 60.931/1967, a coroação de Utilidade Pública é conferida às entidades sem fins lucrativos, que estão ativas nos últimos três anos, que não haja remuneração para diretoria, promova educação, projetos científicos, culturais, artísticas e filantrópicas. Concedido esses títulos, a organização recebrá os seguintes direitos:

- Receber doações da União; alcançar recursos das loterias federais; fazer sorteios; ser ausentes na hora de recolher a cota patronal para o INSS;
- Autorizar pessoas físicas e jurídicas para poderem deduzir suas doações sobre o Imposto de Renda.

De acordo com Alves (2005), o registro no Conselho Nacional de Assistência Social reconhece ONGs que trabalham na filantropia e também por mais de três anos; e destina-se à essas entidades legalmente constituídas, que propaguem as seguintes ações: proteção da família, à maternidade, adolescência e para idosos; amparo para crianças e aos adolescentes carentes; ações de prevenção, habilitação, reabilitação e integração à vida comunitária de pessoas portadoras de deficiência; suporte educacional; desenvolvimento da cultura local; suporte aos beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social e defesa e garantia de seus direitos.

Segundo a Lei nº 8.742/1993, Decreto nº 4.381/2002, Decreto nº 4.499/2002, Res. CNAS 177/2002, Res. CNAS 2/2002 e Res. CNAS 107/2002, o certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social se adequar às ONGs legitimamente autorizado no

país e em pleno funcionamento desde os últimos três anos à solicitação do Certificado.

As normas legais definem a obtenção do certificado, para as seguintes fins do desenvolvimento de uma das seguintes atribuições: (1) proteger a família, adolescência, maternidade, e na velhice; (2) amparar crianças e adolescentes carentes; 3) promover ações para prevenir, habilitar e fazer reabilitação de pessoas portadoras de deficiências; (4) promover assistência educacional ou de saúde de forma gratuita; (5) promover a integralidade do mercado de trabalho e; (6) promover o atendimento e assessoria para quem tem direito da Lei Orgânica da Assistência Social e a defesa dos seus direitos.

Alves (2005) destaca que as receitas obtidas, não comprovar patrimônio para o indivíduo ou de sociedade sem descrição filantrópica. XI - seja pronunciada e atribuída ao órgão público federal. Portanto, na hipótese de falecimento de uma OSCIP, o encaminhamento dos bens para outra OSCIP, registrada no CNAS de acordo com o que está estabelecida em seu estatuto e, anteposto que tenha o mesmo destino social da antiga, de acordo que define a Lei 9.790/99. No entanto, a organização precisa comprovar certas obrigatoriedades ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para a sustentação desta nomeação.

A nomeação como Organização Social é acordada pela Lei nº 9.637/1998 e está inserida no Plano Diretor da Reforma do Estado. Tal delimitação fora elaborada através do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE e aprovado pela Câmara de Reforma do Estado em 1995.

Segundo Tavares neto e Fernandes (2010), foi conforme a lei que discursa sobre as organizações Sociais de interesse público (OCIPS), Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, que constituiu-se o conhecido “marco legal” do terceiro setor.

“[...] a referida lei trouxe a possibilidade de as pessoas jurídicas, formadas por grupos de pessoas ou profissionais de direito privado sem fins econômicos serem qualificadas, pelo Poder Público, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs – e poderem com ele relacionar-se por meio de termos de parceria desde que seus objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos da lei (TAVARES NETO; FERNANDES, 2010, p. 385)”

Como observa Paes, a Lei nº 9.790/99 determina às OSCIPs total disposição de disponibilizar suas contas ao término de cada exercício financeiro, diretamente ao órgão parceiro. A prestação de contas é padronizada com os tais documentos: relatórios sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo entre metas propostas e os resultados alcançados; demonstrativo integral da receita e da despesa realizada na execução; parecer e relatório de auditoria, nos casos em que o montante de recursos for maior ou igual a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais); e entrega do extrato da execução física e financeira, conforme modelo estabelecido no art. 18 do Decreto nº 3.100/99.

2.1.3 Enquadramento Tributário do Terceiro Setor

Segundo Gabrilli, Filantropia e Pro Bono (2014), tanto as Fundações quanto as Associações, ganham imunidade ou isenção tributária.

Para Voese e Reptczuck (2011) Independente da isenção em relação aos tributos, as organizações necessitam, primeiramente, apresentar os informativos aos órgãos públicos, das informações e transparência em seus atos institucionais. Neste momento, as organizações devem a encaminhar a Receita Federal do Brasil, algumas declarações importantes ante a Secretaria da Receita Federal do Brasil. Dentre elas, estão a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, a Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte, a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais e o Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais.

Gabrilli, Filantropia e Pro Bono (2014) discorre que a imunidade (de acordo com rendas, serviços e patrimônios) separa-as da obrigatoriedade de algumas entidades por serem indubitavelmente fundamentais para a sociedade. Estas são: partidos políticos, fundações por eles instituídas; entidades sindicais dos trabalhadores; instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos. Lembrando que tal imunidade está pautada pela Constituição Federal.

Os impostos que não são imunizados pelo Estado são: II (imposto sobre importação); IE (imposto sobre exportação); IPI (imposto sobre produtos industrializados) e o ICMS (imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços de transportes intermunicipal, interestadual e de comunicação).

Já as isenções, Gabrilli; Filantropia; Pro Bono (2014) discorrem que há possibilidade do Estado tributar, mas não o faz por razões diversas. A isenção ocorre por tempo indeterminado ou não; por meio de todos os impostos ou somente um; abrange todo o território nacional ou apenas uma região. Dentre as razões de isenção, pode ocorrer pelo simples fato de o Legislador entender que a tarefa cumprida pela entidade em questão é importante para a sociedade.

Os impostos que podem vir a ser isentos são: imposto de Renda sobre as atividades próprias (lei nº 9.532/97 c/c art.174 do RIR/99); COFINS sobre as atividades próprias (MP nº 2.037-35); PIS com base na folha de salário (MP nº 2.037-35) e outros impostos a depender do estado e município.

Lembrando, que é possível as ONGs poderem remunerar seus líderes e gerentes, desde que esta especificação esteja no estatuto e que seja um salário compatível com o da região conforme o cargo do remunerado.

E que em caso de vendas de serviços, as organizações serão obrigadas a pagarem os devidos impostos obrigatórios pelos serviços ou produtos por ela fabricado ou realizado.

Em resumo, enquanto a imunidade discorre diretamente da Constituição Federal, a isenção depende do setor federativo ou municipal cuja competência seja legislativa.

2.2 Gestão Financeira

Miranda; Silva (2002) concordam que gerenciar uma organização é definir a prioridade com que seus recursos (físicos, financeiros, humanos, tecnológicos, etc.) serão consumidos, visando alcançar os objetivos predeterminados pela organização.

Neste sentido, Kuhn (2012) diz que o gestor financeiro é responsável por sistematizar

e divulgar os dados que favorecem os gestores de outros setores da organização (vendas e marketing, logística, compras e etc) tomarem decisões financeiramente corretas.

Segundo Kuhn (2012), para que o setor financeiro cumpra eficazmente seu papel, será necessário o gestor ter em mãos informações que lhe permita planejar ações que favoreçam saldo positivo à organização.

A gestão financeira está totalmente articulada a movimentações dos recursos financeiros, segundo o estudo da Economia, Administração e Contabilidade, para entregar à empresa melhor desempenho monetário à organização (Costa; Aquino; Demarchi, 2015).

Para Luzio (2011), o valor financeiro da empresa (ou de uma aplicação) está na sua destreza e poder de gerar caixa ao findar do tempo, bom para arcar, no mínimo, o custo dos investidores do capital econômico da empresa. Toda empresa precisa ter sua força gestora de saber lidar com suas finanças e se manter lucrativa.

Por ser um tema tão vasto, a Gestão Financeira é constituída de muitas ferramentas que corroboram para seu funcionamento. A começar pelo Planejamento. Para Mandelli (2009), a orientação financeira acontece em qualquer etapa do negócio (preferencialmente antes mesmo de dar-lhe início) e, logicamente, repartido em duas facetas: Planejamento e Finanças. Primeiramente, traçar metas, prazos e ter em mente onde se deseja chegar; visto que há possibilidade de um planejamento de curto, médio e longo prazo. Em segundo lugar, o fator finanças agrega à visão de planejamento financeiro, porque esclarece os recursos disponíveis e sua aplicação conforme a realidade da organização.

Um outro componente da Gestão Financeira está no Orçamento. Nem todas empresas utilizam tal ferramenta, mas quando usada de forma estratégica, pode ser uma ótima opção. Segundo Frezatti (2015), o orçamento pode ser uma ferramenta que atinge todos os setores da empresa, pois planeja cada ação para cada setor; a começar pelo marketing/vendas, definindo os preços dos produtos conforme o mercado. O planejamento do RH também é requisitado, uma vez que é necessário saber o futuro quadrado de funcionários para assim definir o valor da folha salarial.

O orçamento como ferramenta estratégica da Gestão Financeira pode ser bem parecido com o Planejamento Financeiro, e visa a dinâmica operacional, de custos e também de vendas. E então, é articulado estrategicamente todas as áreas de uma empresa financeiramente (Junior, 2016).

Existe também o gerenciamento de administração de giro, que para Gitman (1987) significa administrar ativos e passivos circulantes.

Para Hoji (2000), as principais formas práticas de financiar capital de giro de uma empresa estão no financiamento e empréstimos bancários. Recentemente, outras formas são utilizadas, como por exemplo Investimento Anjo, onde outros empresários patrocinam a alavancagem de empresas com potencial lucrativo (Spina, 2021).

Porém, talvez a principal ferramenta utilizada na gestão financeira, fundamentalmente para tomada de decisões, seja o fluxo de caixa. Para Gonçalves (2006), o fluxo de

caixa é um meio utilizado que sistematiza os dados para uma análise de tomada de decisão. Sem poder medir e mensurar os números, não será possível à gestão financeira tomar decisões importantes em favor de qualquer organização que seja.

2.2.1 Fluxo de Caixa

Segundo Assaf Neto e Silva (1997), o fluxo de caixa é um instrumento que abre portas para um planejamento e a padronização dos recursos financeiros de uma empresa, sendo, em degrau administrativo, predominante em qualquer desenvolvimento na tomada de decisões financeiras.

Também para Zdanowicz, esta ferramenta “é uma das ferramentas mais eficazes de planejar e controlar financeiramente”, formalizando, por consequência, o elemento chave para o gestor, sendo de ampla disposição para analisar as posições financeiras da empresa a longo prazo.

De acordo com o Sebrae (2017), o caixa é estruturado a partir de entradas oriundas dos diversos setores, em conformidade com a programação mensal e anual de gastos. Alguns dados são de elevada importância para a construção de um fluxo, entre elas estão: Previsão de vendas; compras de insumos, considerando a negociação de pagamentos com aos parceiros; surgimento de entradas a receber e cobranças do mesmo; delimitação do período da gestão conforme a empresa esteja precisando; levantamento de outros pagamentos retirados do fluxo para o tempo determinado.

Para Frezatti (1997), em algumas empresas, o fluxo de caixa auxilia como uma solução tática e, em outras, o alcance é longo, isto é, sua utilização é estratégica. A abordagem tática direciona ao uso exclusivo e de acompanhamento do fluxo de caixa, reorganizando-o como um fazedor de papéis mais amplos e complexos, em que a empresa já contém um arquétipo super definido em conceitos estratégicos e quer simplesmente estar o foco.

Segundo Assaf Neto e Silva (1997), o foco na estratégia é quando interfere no degrau de negócios da empresa no curto prazo, especialmente a longo prazo, assim o fluxo de caixa causa influência sobre aquilo que estão ligadas às decisões de fato importantes da empresa. Ou seja, há de fato uma forma mais abrangente de se usar o Fluxo de Caixa, do que simplesmente observar as movimentações diárias.

Ainda Assaf Neto e Silva (1997), a área de produção altera as validades de fabricação das mercadorias e, conseqüentemente, propaga mudanças na essencialidade de caixa; igualmente, os gastos com a produção têm elevados impactos sobre o caixa; as compras precisam estar em sincronia com os saldos. Deve haver também atenção à sincronização dos fluxos de caixa, analisando o comparativo entre os prazos alcançados de pagamentos das aquisições para recebimento das vendas, por exemplo.

As políticas de cobrança mais rápidas, de Assaf Neto e Silva (1997), dizem sobre a disponibilização dos recursos financeiros de uma forma ágil, concluindo em um fatal reforço de caixa; Além disso, as decisões entrelaçadas com as vendas são tomadas após um esclarecimento de suas implicações sob a apuração de caixa; e o setor

financeiro deve avaliar cuidadosamente o perfil de seu saldo negativo, de forma que os desembolsos que devem ser realizados, ocorram ao mesmo tempo com a geração de caixa da empresa.

Segundo Silva (2010), qualquer organização que não estiver apta para utilizar um fluxo de caixa, está fadada a ser vulnerável em eventuais mudanças de cenários. Sem a devida preparação (e, por conseguinte, a devida programação), a organização estará a mercê da sorte. Isto é, sem a capacidade de saber lidar financeiramente com eventos não esperados. O que pode culminar em falência.

Principalmente em um contexto globalizado, onde uma crise financeira num país distante pode ser forte suficiente para acarretar mudanças no contexto localizado. Gonçalves (2006) acrescenta que o fluxo de caixa é essa ferramenta crucial que permite qualquer empresa a estar preparada.

2.2.2 Vantagens de se usar o Fluxo de Caixa

Para Filho (2012), uma grande vantagem de se usar a ferramenta de Fluxo de Caixa, encontra-se no horizonte do saldo de caixa o quanto antes. Para poder olhar os próximos dias, as próximas semanas e até mesmo os próximos meses, traz notícias de elevado grau para a tomada de decisão, para assegurar a área financeira.

Já o Sebrae (2020), diz que evitar gastos desnecessários e melhorar a tomada de decisão está no âmago no uso do fluxo de caixa. Isto é, saber o que, como e quantos se gasta auxilia nas decisões financeiras, reduzindo assim, os custos.

Para Neto (2018) o Fluxo de Caixa disponibiliza ao administrador, enxergar o real valor do negócio a partir do comparativo entre previsão e realizável, e bloqueia que as organizações se precipitem e pensem bem antes de embarcar num empréstimo bancário ou cheque especial, onde ocorrem juros altos.

Segundo Leite (2021), dentre as vantagens de utilização do fluxo de caixa, está numa previsão mais precisa; melhor controle dos gastos; acompanhamento eficaz de estoque, pois tendo suas informações em tempo real, fica mais ágil a tomada de decisão; e um planejamento financeiro mais preciso, já que a realidade financeira está sendo controlada.

Todas essas vantagens culminam em um aspecto importante da Gestão Financeira: o planejamento financeiro estratégico. Talvez a maior importância do uso do fluxo de caixa, segundo Silva (2010), está no planejamento estratégico financeiro.

Silva (2010) diz veementemente que a utilidade do fluxo de caixa traz uma visualização ampla da extensão financeira da organização, facilitando a delimitação das assertividades de decisões. Essas decisões, abrange desde o orçamento até as contratações. São movimentações de custos que devem ser planejadas e executadas conforme o horizonte financeiro da corporação.

2.2.3 Demonstração do Fluxo de Caixa

O objetivo original da DFC, prescrito por Ludícibus, Martins e Gelbcke (2000), é levantar informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos de uma organização, ocorridos durante um período determinado, facilitando a visualização e os processos de administração dos recursos da empresa.

Precisamente, Marion (1998) diz que a DFC (Demonstração do Fluxo de Caixa) orienta a essência de todo o dinheiro que obteve entrada no caixa, assim como a aplicação de todo dinheiro que bateu em retirada do caixa em um período. O autor também recorda que deve-se apresentar o Resultado do Fluxo Financeiro destas movimentações.

Pois como concorda o IBRACON (1998), o uso da DFC em complemento com as outras demonstrações contábeis, fornece informações que possibilitam os gestores a analisar as mudanças ocorridas nos resultados de ativos líquidos de um investimento, no seu agrupamento financeiro e a verificar como isto reflete na importância e nos prazos dos fluxos de caixa.

Silva (2010) também diz que a utilização do caixa se dá de duas maneiras: fluxo de caixa histórico e o projetado. O fluxo histórico se baseia em informações passadas, dados que foram simplesmente registrados e que podem ser usados para análises e correções.

O fluxo de caixa projetado segundo Silva (2010), utiliza os dados do fluxo de caixa histórico para realizar uma previsão para os próximos períodos. Essa estratégia facilita a organização ver antecipadamente, prováveis climas críticos, e se preparar para cenários variados. O que deixaria a empresa numa posição confortável.

Segundo Silva (2010), existe uma vantagem ímpar ao se atentar na Demonstração do fluxo de caixa, porque tudo se inicia na compreensão das informações para, só então, realizar a análise. Todas as informações serão necessárias para construir uma Demonstração, até mesmo todos os recebimentos até a menor das saídas.

Os dados devem ser bem estruturados, organizados de uma forma de compreensível de entendimento e visualização. Sem prestar atenção aos dados e sua estruturação, a compreensão para análise fica confusa; E a partir daí, extrair até mesmo uma dedução, e, conseqüentemente, uma tomada de decisão precipitada.

Neste sentido, é de ímpar importância realizar da melhor maneira a Demonstração de Fluxo de Caixa pelo e para o gestor financeiro.

2.2.4 Formas de apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa

Essencialmente, há dois métodos: Direto e o Indireto Neves e Viceconti (1998).

O método direto, conforme descrito por Ludícibus, Martins e Gelbcke (2000), “explicita

as inclusões e extrações brutas de recursos dos especiais constituintes dos exercícios operacionais, como recebimentos pelas negociações de mercadorias; e serviços e os pagamentos a fornecedores e funcionários”, resultando neste acabamento, o volume de caixa sustentado pelas atividades da organização.

Silva (2010) o método direto está ligado a categorizar os recebimentos e pagamentos segundo o sistema de partidas dobradas. Ou seja, sem interferência fiscal, facilita o entendimento e lançamento das informações financeiras operacionais.

Por ser de fácil entendimento, Silva (2010) acredita que a opção pelo fluxo de caixa pela forma científica direta, pode facilitar o uso desta ferramenta nas organizações.

No método indireto, Ludícibus, Martins e Gelbecke (2000), realiza-se a fusão entre o lucro obtido e o resultado criado pelas operações, facilitando a análise de quanto a organização está lucrando nos períodos.

Há aqui uma dificuldade por parte dos administradores, pois este método é de uma complexidade razoável. A estruturação se mostra um tanto quanto confusa, e na hora da análise do fluxo, o entendimento pode ser mínimo.

Essencialmente, a diferença crucial entre o método direto e o indireto é a funcionalidade do fluxo de caixa das atividades que operam, porque conforme Perez Jr. e Begalli (1999, p. 179), “o método indireto origina-se do resultado das atividades sociais, isto é, o lucro líquido do período, reformulado pelos custos e entradas que não alteram juntamente no caixa ou fornecimento da entidade, assim como depreciações, amortizações e etc”.

Então, afirmar-se que os fluxos das operações estão iguais, tanto no método direto, como no indireto. A diferença encontra-se apenas no formato de apresentar os recursos derivados das operações (Neves e Viceconti, 1998).

2.2.5 Tipos de Fluxo de caixa

Para Batista; Dalfior; Silva e Souza (2019) frequentemente, o tal demonstrativo reparte as realizações de entrada e de saída mas seguintes categorias: Fluxo de caixa operacional; fluxo de caixa financiamento; fluxo de caixa para investimento.

O fluxo de caixa operacional está inteiramente junto à produção e negociação dos produtos e serviços da organização. De acordo com Gropelli e Nikbakht (2012) o caixa das movimentações do dia a dia que relacionam o lucro líquido da maneira como o caixa é gerido na movimentação de uma empresa.

Batista; Dalfior; Silva e Souza (2019), as fundamentais formas de entradas são as vendas; à vista, recebimentos, descontos, e cobrança de duplicatas. Já as saídas operacionais devem ser sincronizadas com as aquisições de matérias-primas, salários e ordenados com os encargos sociais, custos indiretos de criação de mercadoria, despesas administrativas, com vendas e tributos.

Bazoli e Santos (2013) afirma que com isto, trabalha-se com uma programação fácil, que agiliza a junção de sistema de administração operacional, realizando obtenção de informações para programar possíveis variantes de orçamentos.

Ainda Batista; Dalfior; Silva e Souza (2019), confessam que o fluxo de caixa de financiamento faz referência para antever os recebimentos e extrações de recursos financeiros da organização enquanto estiver correndo o período. Entende-se as entradas e saídas com objetos não averiguados com realizações fundamentais da empresa, tais são: Emissão de novos títulos, elevação de empréstimos a curto prazo e volume de contas a pagar.

Isto é, para que a organização tenha crédito no mercado, é de suma importância ter um fluxo de caixa de financiamento, de olho nos créditos adquiridos e de como arcar com tais créditos, tendo em mente sempre as taxas de juros e afins.

Groppelli e Nikbakht (2012) afirmam que o caixa das atividades de investimentos, tem o foco na capacidade de estruturação em alavancar recursos no mercado de bolsa. O fluxo de caixa de investimentos administra não somente a carteira de investimentos de uma empresa, mas também, o controle do retorno de capital investido.

Tais investimentos não estão fora da realidade de estruturas não focadas em lucros. As ONGs, podem, igualmente, investir em carteiras de ações, principalmente se o objetivo está na sustentabilidade do negócio.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A abordagem que se seguiu foi de cunho quali-quantitativa. Segundo Kuark, Manhães e Medeiros (2010), uma abordagem qualitativa, considera tanto os fenômenos factuais quanto sua interpretação em relação aos fatos. Já o elemento quantitativo, representa os dados mensuráveis contidos no artigo, os números e informações técnicas para análise.

As informações foram coletadas pessoalmente junto ao proprietário da organização em questão, onde foi possível a obtenção das informações do fluxo de caixa para averiguação. Os dados para a análise do fluxo de caixa foram do período de 3 meses (Julho, Agosto e Setembro).

O método de pesquisa utilizado no presente trabalho foi a pesquisa exploratória e explicativa. Para o autor Gil (2002), estudos explicativos se preocupam em visualizar os acontecimentos que afirmam ou que agregam para o acontecimento desses fatores. Esse é o tipo de pesquisa que agrega profundamente o estudo dos fatos, pois isto esclarece a natureza das coisas.

Enquanto a exploratória, pode-se dizer que estas objetiva a edificação das ideias ou descoberta de insights (Gil, 2002). Já Kuark, Manhães e Medeiros (2010), a forma científica de estudo exploratório requer dizer que fora feito certo esforço quanto às hipóteses, aprimoramento dos problemas abordados através das bibliografias e afins.

Utilizou-se também o estudo de caso, pois o problema contextualiza um caso real e concreto de uma organização, assim como o uso dos dados técnicos e mensuráveis para análises (Gil, 2002).

Para a conceituação e embasamento teórico da gestão financeira, fluxo de caixa e terceiro setor, foi utilizada o método bibliográfico. O método bibliográfico, segundo Gil (2002), é realizada com base em materiais já feitos. Para embasamento teórico do que se afirma em qualquer trabalho acadêmico, é necessariamente importante amparar-se em outros autores que dão vazão ao que está sendo dito. Sem uma base teórica, não será possível comprovar se o que está sendo escrito, é de fato real e sólido academicamente.

Portanto, o atual artigo se baseou bibliograficamente, também através do estudo de caso; por uma abordagem quali-quantitativa e pautada numa pesquisa explicativa e exploratória.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente, ONG que será analisada, é um Instituto localizado em Jardim Botânico no município de Cariacica. Projeto este ativo há dois anos e cujo carro chefe é a assistência social e principalmente na educação. A frequência de suas atividades ocorre em média, de três a quatro vezes por semana, visando na maioria das vezes crianças e adultos na área da assistência.

As doações são inteiramente privadas, sejam elas via depósito em conta, em mãos ou até mesmo em forma de cestas básicas. Apesar da captação de recursos da ONG ser inteiramente privada, não há um setor específico para tal, nem mesmo alguém responsável especificamente pela captação. As informações para depósito são divulgadas através do Instagram do instituto e boca a boca pelos integrantes.

Já os custos, a maior porcentagem repousa na compra de cestas básicas para distribuição aos moradores da comunidade de Jardim Botânico, no valor de R\$ 5.563,39. O segundo maior gasto fica por conta de combustível e manutenção veicular do projeto, veículo este responsável pela busca de cestas básicas, das crianças distantes da organização e distribuição das cestas básicas; valor este de R\$ 3.735,06. Logo em seguida, compras para a realização de café da manhã e interação com pessoas em situação de rua, realizada todos os Domingos de baixo da Terceira Ponte em Vila Velha, que se resume em R\$ 1.500,00

No mais, restam gastos de ajuda de custo a voluntários integralmente nas dependências do Instituto e gastos administrativos e de consumo.

Analisando o Fluxo de Caixa dos últimos três meses (Julho a Setembro), é possível visualizar um saldo positivo de caixa, no entanto, também nota-se um aumento nos gastos da instituição. Verifica-se uma queda brusca na arrecadação de recursos: entre o primeiro mês de análise ao terceiro e último mês, há uma diferença de captação de R\$5.692,44.

Ou seja, mais de 50% de queda na arrecadação. Já os gastos da ONG, houve um aumento no segundo mês em relação ao primeiro, de R\$399,58; porém, logo em seguida, uma economia de R\$1.715,33 do segundo para o terceiro e último mês de análise.

Apesar de um saldo positivo, a análise do caixa demonstra que a organização parece não saber se aproveitar de uma das principais vantagens do fluxo de caixa: a utilização dos dados disponibilizados para controle e redução de gastos, segundo o Sebrae (2020). Os custos para manutenção da organização são altos comparados ao arrecadado, daí a necessidade de uma tomada de decisão que seja capaz de reduzir os gastos elevados.

O fluxo de caixa utilizado foi o fluxo direto, mais comumente utilizado dentre as organizações, e fácil observação. Segue a planilha abaixo.

PERÍODO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	
Entradas Financeiras	ENTRADA	ENTRADA	ENTRADA	
DOAÇÕES PRIVADAS	8.462,82	3.934,81	2.770,38	TOTAL R\$ 15.168,01
Entradas Não Financeiras	-	-	245 Cestas Basicas	
SAÍDAS	SAÍDA	SAÍDA	SAÍDA	TOTAL SAÍDA
ÁGUA	182,40	316,29	164,02	662,71
TAXAS BANCÁRIAS	53,95	53,95	53,95	161,85
LUZ	255,17	198,67	298,32	752,16
INTERNET	108,35	108,35	108,35	325,05
MANUTENÇÃO DA BASE	128,00	0,00	-	128,00
AJUDA DE CUSTO COM VOLUNTÁRIOS	300,00	300,00	300,00	900,00
MERCADO	0,00	0,00	0,00	0,00
COMPRA DE CESTAS BÁSICAS	2.409,14	3.154,25	0,00	5.563,39
CUSTOS COM CAFÉ DA MANHÃ NA PONTE	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00
ADMINISTRAÇÃO	289,90	125,00	26,50	441,40
GÁS	85,00	0,00	0,00	85,00
GASOLINA E MANUTENÇÃO DO VEÍCULO	1.245,02	1.200,00	1.290,04	3.735,06
ALUGUEL	ISENTO	ISENTO	ISENTO	ISENTO
TOTAL DE SAÍDAS	5.056,93	5.456,51	3.741,18	14.254,62
SALDO TOTAL POR PERÍODO	3.405,89	-1.521,70	-1.040,80	R\$913,39

Fonte: Autor (2021)

Para Zdanowicz (2000, p. 125), o fluxo de caixa “é um dos fatores financeiros mais eficientes de planejamento e controle financeiro”; isso porque o bom manuseio do mesmo proporciona à qualquer organização, uma gestão financeira sólida e segura a

longo prazo. A análise do caixa em questão, por sua vez, demonstrou uma organização um tanto quanto volúvel, no que diz respeito à queda abrupta nas arrecadações e também na sua inconstância no controle em relação aos gastos. Além do que, não existe uma preocupação em ter uma quantia no caixa, para emergências e gastos extras. Nem mesmo um investimento que proporcione um retorno para organização.

Um outro ponto importante para se notar, é que não houve uma mudança no aumento nas arrecadações do primeiro ao último mês. O uso dos dados técnicos disponíveis não foi utilizado pelo gestor, pois para Leite (2021), uma das principais vantagens de se usar um fluxo de caixa, está nas informações que ele pode proporcionar ao gestor, fundamentalmente no que se refere à geração de caixa. Isto requer dizer, que a partir das informações de entrada no fluxo de caixa, se averiguadas pelo gestor financeiro, poderiam fornecer ideias novas para maiores captação de recursos, por exemplo.

Por este motivo, o setor financeiro não cumpre eficazmente seu papel, uma vez que se torna necessário ao gestor o manuseio das mãos informações que lhe permita planejar ações que favoreçam saldo positivo, redução de gastos e uma gestão econômica forte, conforme prova Khun (2012).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando, portanto, a importância do fluxo de caixa para qualquer que seja a organização, a gestão financeira se serve da ferramenta que é o fluxo de caixa, para o seu perfeito funcionamento. A gestão financeira deve ser auxiliada pelos dados técnicos que o fluxo de caixa lhe favorece; E, a partir daí, gerir através de novas perspectivas para melhoria de sua organização.

A gestão financeira depende diretamente dos dados para a tomada de decisão. Sem os números de mensuração, não há o que se pensar e gerir. Por este motivo, o fluxo de caixa se torna uma ferramenta tão eficaz neste sentido, ele é o lugar de sistematização dos dados, a origem e saída dos recursos de qualquer empresa. No fluxo de caixa repousa as informações de como você conseguiu recursos e porquê os perdeu.

A estruturação das informações financeiras também se torna importantes, uma vez que é na Demonstração do Fluxo de Caixa, que se vê, compreende, analisa e enfim se toma as decisões que lhe é cabível à gestão financeira.

O fluxo de caixa em questão, através dos dados analisados, auxilia o gestor no que poderia ser feito, por exemplo, em relação à queda na captação de recursos. Segundo Cruz (2000), todas as empresas sem fins lucrativos dependem dos recursos para promoverem suas atividades e mostrarem seus impactos na sociedade. Se atentar para as informações de onde, quem e como a organização capta seus recursos, abre novas possibilidades para tomada de decisões partindo da gestão financeira.

Da mesma forma, oferece suporte quanto a saídas de produtos. Uma vez que as saídas estão fora de controle, a gestão financeira deverá apresentar soluções plausíveis para o controle de gastos inicialmente, e, logo após, propor mudanças que norteiam a redução dos custos. Neste caso, o fluxo de caixa nos dá os três principais gastos da organização. Caberia a gestão observar formas de reduzi-las ou de pelo

menos, raciocinar se tais gastos são de fato, importantes para a empresa.

Portanto, a análise do fluxo de caixa se torna um ponto de partida importantíssimo para um bom funcionamento da gestão financeira, através de dados sobre entradas e saídas, e conseqüentemente, na tomada de decisões.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. V. O. Organizações da sociedade civil de interesse público e termos de parceria: um estudo sobre o processo de avaliação de resultados dos projetos sociais desenvolvidos com recursos governamentais no Brasil. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. Administração do capital de giro. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BATISTA. Pinheiro Carolina; Dalfior, Oliveira Aparecida Vanda; SILVA, Oliveira de Carlos Maurivan; SOUZA Alberto Carlos. Fluxo de Caixa: Ferramenta diferencial para o Terceiro Setor. Artigo. 2019.

BAZOLI, Thiago Nunes; SANTOS, Joenice Leandro Diniz. Administração financeira e orçamentaria. São Paulo : Person Education do Brasil, 2013.

DRUCKER, P. F. Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1994.

FILHO, Salanek Pedro. Administração Financeira. Paraná: Instituto Federal do Paraná, 2012.

FREZATTI, Fábio. Gestão do Fluxo de Caixa Diário. Como Dispor de um Instrumento Fundamental para Gerenciamento do Negócio. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FREZATTI, F. Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GABRILLI, Mara Instituto; FILANTROPIA, Instituto; PRO BONO, Filantropia. Novo manual do Terceiro Setor. São Paulo: 2014.

Gil, Carlos Antonio. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.

GROPPELLI, Angélico A. Administração financeira: programa do livro-texto, PLT: edição customizada /A.A Groppelli & Ehsan Nikbakht; tradução Celio Knipel Moreira; colaboração especial Arthur Ridolfo. – São Paulo: Saraiva, 2012.

HOJI, Masakazu. Administração Financeira: uma abordagem prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores. Normas internacionais de contabilidade. São Paulo: IBRACON/CFC, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de balanços. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GONÇALVES, Silvestre Queiroz. Fluxo de Caixa – ferramenta de gestão empresarial. Artigo. 2006.

JUNIOR, Souza de Alves Walter. Orçamento empresarial. Porto Alegre: Sagah, 2016.

KHUN, Ney Ivo. Gestão Financeira. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2012.

LEITE, Marcos. Disponível em: <<https://www.artsoftsistemas.com.br/blog/vantagens-fluxo-caixa-integrado-negocio/>> acessado em 02 de Novembro de 2021.

LUZIO, Eduardo. Finanças corporativas: teoria e prática – estudos de casos sobre geração e destruição de valor em empresas. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

NAVES, R. Novas possibilidades para o desenvolvimento da cidadania In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B.; História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

Mandelli, Paulo. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/planejamento-financeiro/29100/>> acessado em 02 de Novembro de 2021.

MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial. 6 ed. São Paulo; Atlas, 1997.

NETO, Francisco Barbosa. Disponível em: <<http://projetodsd.com.br/importancia-do-fluxo-de-caixa/>>. Acessado em 02 de Novembro de 2021.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo V. Contabilidade Avançada: e análise das demonstrações financeiras. 7. ed. ampl., rev. e atual. São Paulo: Frase 1998.

PEREZ JÚNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antônio. Elaboração das Demonstrações Contábeis. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Presidência da República. Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003. Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/2003/L10.825.htm>> . Acesso em: 12 Setembro de 2021.

Presidência da República. Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961. Regulamenta a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública. Disponível em: . Acesso em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4499.htm>. Acesso em: 12 Set. 2021.

Presidência da República. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm>. Acesso em: 12 Set. 2021.

Presidência da República. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9637.htm>. Acesso em: 12 Set. 2021.

Presidência da República. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9790.htm>. Acesso em: 19 Set. 2021.

Presidência da República. Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999. Regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3100.htm>. Acesso em: 11 Set. 2021.

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. Defining the nonprofit sector: a crossnational analysis. Manchester: Manchester University Press, 1997.

SANTOS, Suely Xavier dos. Organização do Terceiro Setor. Rio Grande do Norte: Núcleo de Educação a Distância da Universidade Potiguar – UnP, 2012.

SEBRAE. Fluxo de caixa: o que é e como implantar. Disponível em: www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/fluxo-de-caixa-o-que-e-e-como-implantar. Acesso em: 29.Set.2021.

SEBRAE. Maiores vantagens do Fluxo de Caixa. Disponível em: <https://respostas.sebrae.com.br/maiores-vantagens-do-fluxo-de-caixa/>. Acesso em: 19/10/2021.

SILVA, Leonardo Malheiros. Fluxo de caixa – importância, composição e aplicação nas empresas. Artigo. 2010.

Spina, Cassio. Disponível em: <<https://endeavor.org.br/dinheiro/afinal-o-que-e-investimento-anjo/>> acessado em 02 de Novembro de 2021.

TAVARES NETO, J. Q.; FERNANDES, A. O. Terceiro setor e interesses coletivos: as alternativas sociais na busca da cidadania. 2010.

VESCO, Aria Dal. Fundamentos do Terceiro Setor (Entidades sem Fins Lucrativos). Santa Catarina: Editora UNC, 2020.

VOESE, Bernardes Simone; REPTCZUK, Maria Roseli. Características e peculiaridades do Terceiro Setor. Artigo. Porto Alegre, 2011.

ZDANOWICZ, José Eduardo. Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiros. 8. ed. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto, 2000.

ZDANOWICZ, José Eduardo. Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiro. 10. ed. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2004